

**PAULO DE MORAIS**

**O PEQUENO  
LIVRO NEGRO DA  
CORRUPÇÃO**

**O fenómeno intrusivo que mina  
a democracia portuguesa.**

**CASOS E  
PROTAGONISTAS  
DE A A Z**

**INFLUÊNCIA**

# INTRODUÇÃO

A corrupção mata a esperança no futuro de Portugal. O fenómeno domina de forma inequívoca a vida política nacional. Ganhou raízes e é, infelizmente, uma das marcas distintivas do já não tão jovem regime democrático português. Se não houver uma mudança profunda na política em Portugal, as consequências perniciosas da corrupção irão sentir-se, dolorosamente, ao longo de gerações dos nossos filhos e netos.

Os casos de corrupção são reiterados e, infelizmente, banalizaram-se. Não faltam exemplos de que todos se podem recordar: corrupção na Expo 98, no Euro 2004, na compra de submarinos alemães, no Banco Português de Negócios, no Banco Privado Português, nas parcerias público-privadas, no Banco Espírito Santo e no Banif, nas Máfias do Sangue e nos empréstimos que a Caixa Geral de Depósitos concedeu sem as correspondentes garantias... Ademais, tudo é feito às claras! E a corrupção é obscenamente cara: só o escândalo do BPN

terá devastado os cofres públicos em sete mil milhões de euros. No seu conjunto, os custos acumulados de todos estes casos representarão mais de 30 por cento da nossa insuportável dívida pública!

Mas a pior das características da corrupção nacional é que ela é sistémica: desenvolve-se no seio da política. Os actores confundem-se. No caso das parcerias público-privadas rodoviárias, como noutros, os políticos que, em sucessivos Governos, lançaram os projectos foram mais tarde colaborar com as empresas que deles haviam beneficiado. Vários ex-ministros das Obras Públicas foram trabalhar nas concessionárias privadas: Ferreira do Amaral preside à Lusoponte, Jorge Coelho administra a Mota-Engil, para onde foi também Valente de Oliveira. São inúmeros os exemplos deste sistema de «portas giratórias» que direccionam os titulares de cargos de representação pública para os conselhos de administração dos maiores grupos económicos.

Por fim, nos últimos anos, a corrupção portuguesa internacionalizou-se, estendendo os seus tentáculos a diversos continentes. No mega escândalo Mensalão, no Brasil, no qual também a Portugal Telecom estava referenciada, o banco mais relevante foi o Espírito Santo. Em Angola, foi também o BES um dos principais veículos de ligação entre os Chineses e o poder corrupto de José Eduardo dos Santos.

Incorporando estas características, a corrupção compromete o futuro dos vindouros. Não só temos dívida acumulada

por pagar, como o Estado vem celebrando negócios ruinosos, cujas consequências se sentirão ao longo da próxima geração: muitas das parcerias público-privadas rodoviárias prolongam-se por 30 anos; em alguns municípios, há contratos de concessão e gestão de água que garantem aos privados rendas ao longo de várias décadas, como por exemplo, à Mota-Engil, em Gaia, por 25 anos, ou à DST, em Braga, por 50 anos!

A corrupção instalou-se na política e na Administração Pública, aprimorou-se, fortaleceu-se. Se nada for feito, dará o golpe de misericórdia no regime, matando a democracia. Para travar este fenómeno, somos todos precisos.

Este livro pretende constituir um registo, para memória futura, do fenómeno da corrupção. É uma tentativa de explicação de porque falha Portugal enquanto nação. Retrata casos e protagonistas para que fiquem identificadas as causas do fenómeno e os seus principais culpados. O cúmulo de todos estes casos adquire uma dimensão que asfixia o regime. No seu conjunto, comporta consequências bem mais graves do que olhando apenas para a soma dos efeitos individuais de cada um. Aqui se apresentam as formas segundo as quais a corrupção se manifesta em Portugal. Aqui se fala da origem da corrupção, das suas causas, de algumas das consequências que se fazem sentir e que condicionarão a vida dos portugueses por gerações. A corrupção tem múltiplas formas, muitos protagonistas, dentro e fora da actividade política. Este livro olha essencialmente para a esfera da política, mas sabemos

todos que a corrupção contaminou já várias outras áreas da actividade social, do futebol à cultura, passando pela justiça e pelas organizações de cariz social ou mesmo religiosas.

De acordo com o Código Penal Português, existe corrupção passiva quando «o funcionário que, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida». Há ainda uma série de crimes conexos também tipificados por lei (administração danosa, tráfico de influência, branqueamento de capitais, peculato, etc.). As definições não são complexas, mas para provar a existência dessa vantagem patrimonial o legislador impõe tantas condições que tem sido difícil conseguir acusações em Portugal. Em 2017, foram pouco mais de 150; em 2018 foram abertos 1235 inquéritos por corrupção, mas desses, apenas 29 chegaram a uma acusação do Ministério Público.

Isto quer dizer que não há corrupção em Portugal? Que não há razão de ser deste livro? Há. Porque não é desta definição de corrupção e desta realidade que trata este livro. Existe corrupção para além da sua existência jurídica e a Lei (e o que os tribunais conseguem provar) não tem o monopólio deste fenómeno. É, assim, sobre o fenómeno social, intrusivo e que mina as democracias, que este livro fala. Fala da corrupção como o «abuso de poder delegado para benefício particular, de si

próprio ou de terceiros», seguindo a definição proposta pela organização não-governamental Transparency International.

Esse abuso acontece em múltiplas situações. Acontece quando um político está em simultâneo na esfera do interesse público (através do seu cargo de deputado ou de governante) e na defesa e promoção de interesses privados (em casos típicos de tráfico de influências e de promiscuidade). Acontece quando, sendo detentor de um cargo público, mente e manipula o sistema para obter mais dinheiro. Acontece quando o governante anda anos a regular um sector e depois vai trabalhar para empresas desse mesmo sector, beneficiando do conhecimento e dos contactos que efectuou enquanto político. Acontece quando, em nome do Estado, toma decisões sobre determinados investimentos públicos e depois vai trabalhar para as empresas privadas que deles beneficiaram. Há, infelizmente, tantas formas de corrupção! E em Portugal encontramos-las quase todas.

Alguns não vão gostar do que se escreve, porque querem manter longe dos olhos do público os esquemas, os enriquecimentos ilícitos, os estratagemas, os conflitos de interesse. De todos aqui se fala sem restrições e sem ambiguidades, porque num Estado democrático e europeu, a jurisprudência garante aos cidadãos o direito de escrutinar e criticar os detentores de cargos públicos, porque tal pertence ao núcleo irredutível do direito fundamental de expressão do pensamento.

Mas também neste livro se evidencia o esforço daqueles jornalistas e activistas que combatem a corrupção de diversas formas, bem como das organizações em que se agregam. Este livro não é, nem pretende ser, uma enciclopédia. Não se aborda o fenómeno de forma exaustiva, tão-só se escolhem os exemplos de maior relevância social. Em cada um dos casos, em cada um dos actores, também não se pretende uma descrição completa, mas tão só apresentar os mecanismos da corrupção através de exemplos mais marcantes.

Muita informação disponível ficou fora desta obra, por opção editorial do autor. Alguns aspectos da corrupção também não são aqui tratados, por falta de documentação disponível, pelo menos até à presente data. Muitas organizações aqui são referenciadas, muitas personalidades aqui ficam visadas. Queremos deixar claro que toda a informação que consta neste livro é verdadeira, sendo que alguma é do domínio público e a restante está devidamente comprovada e documentada. Infelizmente, é uma obra inacabada. Há casos que aqui não estão, porque não chegaram à consciência colectiva, outros porque escaparam à memória. Inacabada também, porque infelizmente a corrupção não está perto de terminar em Portugal.

As opiniões que aqui se emitem são da responsabilidade do autor e estão expressas no exercício de um direito constitucional inalienável que é o da liberdade de expressão. Da mesma forma, deixamos aos leitores todo o espaço para, com toda a liberdade, discordarem dos nossos pontos de vista. Mas, por

## O PEQUENO LIVRO NEGRO DA CORRUPÇÃO

favor, nunca duvidem da veracidade dos factos que aqui apresentamos, não obstante a aparente inverosimilhança de alguns. Mas nunca esqueçam: em matéria de corrupção em Portugal, a realidade ultrapassa a mais arrojada imaginação. Há toda uma fantástica ementa de casos e de protagonistas, de A a Z.





A

**ABRIL, 25 de (1974):** «O Povo unido jamais será vencido.»

A frase de ordem que se gritava nas ruas na Revolução dos Cravos dava assim as boas-vindas ao regime democrático, à esperança de que a política levasse o País à prosperidade em democracia e liberdade. Infelizmente, o regime nascido em Abril abastardou-se e é hoje serventário dos principais interesses económicos que capturam as maiores riquezas de Portugal, privando os cidadãos de um país próspero, desenvolvido e com qualidade de vida.

**AEROPORTO CRISTIANO RONALDO:** Situado na Região

Autónoma da Madeira, este equipamento não tem qualquer registo matricial, ou seja, em termos legais, não existe. Como é possível? E como foi possível concessioná-lo a privados — à VINCI, aquando da privatização da ANA — se o objecto da concessão é formalmente inexistente? Sem a documentação adequada, a concessão só poderá ter sido irregular e ilegal.

**AGUIAR-BRANCO, José Pedro:** Foi ministro da Justiça, no Governo de Santana Lopes, e da Defesa, no Governo de Passos Coelho. O seu escritório de advogados prestou serviços à empresa do Metro do Porto, ao mesmo tempo que era deputado no Parlamento e presidente da Assembleia Municipal do Porto. À época, a tutela da empresa do Metro do Porto era conjunta, entre as câmaras da Área Metropolitana do Porto e o Governo, controlado pelo Parlamento. Ou seja, tinha acesso por duas vias (Câmara do Porto e Parlamento) à empresa Metro do Porto, que contratava a sua sociedade de advogados. Aguiar-Branco não conhece os conflitos de interesses.

**ALBUQUERQUE, Maria Luís:** Ministra das Finanças do Governo de Pedro Passos Coelho (2011/2015) e, posteriormente, deputada eleita pelo PSD. Assumiu um lugar na administração na empresa privada Arrow Global, que se dedica à gestão de títulos de dívida, alguns dos quais representam de forma directa ou indirecta dívida soberana de alguns países. Enquanto ministra, Maria Luís Albuquerque andou a vender a dívida portuguesa barata. Depois, foi para uma empresa partilhar essa sua experiência e conhecimento interno. No mesmo período, e ao longo da legislatura, era a porta-voz do PSD para a área económica. Enquanto estava na posição de fazer negócios com o Governo socialista, representava a oposição social-democrata. É mais um dos

muitos símbolos do tráfico de influências, da promiscuidade entre a política e os negócios.

**ALEXANDRE, Carlos:** Juiz do Tribunal da Relação de Lisboa que ficou conhecido por acompanhar a acusação a José Sócrates e mandar prender preventivamente o ex-primeiro-ministro. Foi também o juiz que dirigiu o processo do desaparecimento (e reaparecimento) de armas do paiol de Tancos. Ficará na história de Portugal como um juiz que não claudicou perante os interesses dos famosos e poderosos.

**ALMEIDA, Cândida:** Dirigiu o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP). Ficou tristemente famosa por ter afirmado que, em Portugal, não havia corrupção na política. Uma inspecção ao DCIAP concluiu que, quando Cândida Almeida dirigia aquele departamento, os recursos humanos eram recrutados tendo por base relações de amizade.

**ALTA AUTORIDADE CONTRA A CORRUPÇÃO (AACC):** Esta foi a primeira tentativa (falhada) de combater a corrupção a partir do poder central. Era então primeiro-ministro Mário Soares. A Alta Autoridade Contra a Corrupção foi um organismo criado em 1983, como uma entidade transitória, que deveria actuar de forma independente, com a finalidade

de prevenir, averiguar e denunciar actos de corrupção e fraudes cometidos no exercício de funções administrativas. Foi extinta em 1992, tendo tido como único responsável o coronel Costa Brás, um dos militares de Abril. Dada a transformação e consolidação do fenómeno na sociedade portuguesa, o alto-comissário pediu à Assembleia da República que reforçasse os poderes do organismo ou que o extinguisse. O Governo de Cavaco Silva decidiu-se pela extinção.

**AMADO, Luís:** Presidente da EDP. É um exemplo das chamadas «portas giratórias» — foi ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, mas passou, entretanto, a estar ao serviço dos interesses estrangeiros. É agora *chairman* da EDP, empregado do Estado chinês. Anteriormente, presidiu ao Banif, que deixou falir e que foi entregue aos espanhóis do Banco Santander. Ainda enquanto diplomata, apadrinou a entrada dos governantes corruptos da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), porque, segundo se dizia, os capitais da Guiné Equatorial iriam salvar o Banif, o banco a que presidia. A entrada na CPLP teria assim uma espécie de jóia de entrada no clube, uns milhões no capital social do Banif. O capital nunca chegou, mas a Guiné Equatorial mantém-se na CPLP.

**AMBRÓSIO, Quinta do:** Na Câmara Municipal de Gondomar, com a participação ou patrocínio do então presidente da

Câmara Valentim Loureiro, foi adquirido um terreno agrícola, a Quinta do Ambrósio, por um milhão de euros. Quem o adquiriu? Um filho e amigos de Valentim. A classificação do solo foi alterada, este foi valorizado e, em seis dias, o terreno foi vendido pelos protegidos de Valentim por cerca de quatro milhões de euros. Estávamos em 2001. Esta operação de tráfico de terrenos, caucionada pela câmara, gerou uma margem de lucro de 300 por cento; em seis dias. O terreno foi adquirido a um preço exorbitante por uma empresa pública, a STCP (Transportes Colectivos do Porto), cujo presidente de então dependia organicamente do próprio Valentim Loureiro. Depois da aquisição do terreno, a STCP deixou-o ao abandono. Até hoje.

**AMORIM, Paula:** Lidera o Grupo Amorim, sucedendo ao seu pai, Américo Amorim, entretanto falecido. Preside à Galp e a sua gestão tem uma forte influência política: contrata políticos em todos os quadrantes. De Costa Pina, socialista, a Adolfo Mesquita Nunes, do CDS, passando por Luís Todo-Bom, do PSD, todos são administradores da GALP.

**APITO DOURADO:** Processo de corrupção no futebol que surgiu em 2004 e envolveu dirigentes do FC Porto (Jorge Nuno Pinto da Costa), da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (Valentim Loureiro) e árbitros. Em causa estaria um conluio para acertar resultados de jogos. Outro envolvido

foi o vice-presidente da Câmara de Gondomar, da qual Valentim Loureiro era presidente. Valentim Loureiro chegou a ser detido. Entretanto, os agentes investigadores no processo — Artur Oliveira, Teófilo Santiago e João Massano — foram afastados da Direcção da Polícia Judiciária do Porto, alegadamente por causa do processo Apito Dourado. Este caso tornou-se ainda mais polémico, porque o dirigente portista terá fugido na véspera da sua detenção, por ter sido alegadamente informado antes da operação.

**ARCADA:** Empreendimento urbanístico, construído (e posteriormente embargado) na escarpa do Douro, no Porto, cuja responsabilidade no licenciamento se atribui a Rui Rio, enquanto presidente da Câmara do Porto. Em 2009, Rui Rio e o seu vereador do Urbanismo, Lino Ferreira, concederam, de forma ilegítima, ao promotor Barros Vale, capacidade de construção. A tentativa de legitimação da operação urbanística baseia-se num pedido de informação prévia (PIP), despachado pelo ex-presidente Nuno Cardoso, no último dia do seu mandato, em janeiro de 2002; este PIP não era constitutivo de direitos, pois Barros Vale não era o proprietário do terreno em causa, visto que uma parcela pertencia ao Município. O novo vereador Ricardo Figueiredo indeferiu o projecto, ainda em 2002. Mas, a pedido de Barros Vale — empresário influente na aura de Rui Rio —, o autarca e o seu vereador decidiram ressuscitar o processo,

baseados num esotérico parecer dos serviços jurídicos da Câmara. Mas sem PIP em vigor, não sendo os terrenos do requerente e com o processo extinto, será ilegal a construção justificada pelo despacho favorável do vereador de 2009. A Assembleia Municipal do Porto criou uma comissão de inquérito para apurar responsabilidades neste caso, no mandato 2017/2021. O Ministério Público iniciou uma investigação que irá durar anos e anos.

**ARNAUT, José Luís:** Foi ministro no Governo de Durão Barroso. Social-democrata, advogado no influente escritório Rui Pena, Arnaut & Associados, membro do Conselho Consultivo internacional da poderosa Goldman Sachs, sendo também administrador da REN (Rede Eléctrica Nacional). É ainda administrador da ANA, uma concessão ao grupo internacional VINCI, responsável pela gestão de 10 aeroportos nacionais. A concessão vai ser valorizada, porque passará doravante a incluir mais um aeroporto (Montijo), pelo qual o concessionário não vai pagar um único euro.

**ARQUIVAMENTO:** Este é o destino da maioria dos processos que são abertos no Ministério Público por suspeitas de corrupção. Por exemplo, nos primeiros seis meses de 2019, só 6% dos processos resultaram numa acusação efectiva do Ministério Público. Este número mostra que a situação tem vindo a piorar em Portugal: em 2014, 15% das denúncias



seguiram para Tribunal. A causa está na falta de meios e de recursos do Ministério Público para investigar todas as denúncias, o que aumenta o sentimento de impunidade dos prevaricadores.

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:** No Parlamento, o desrespeito pela democracia e pelas Leis banalizou-se: há deputados que votam Leis importantes sem sequer lá estarem, assinam as presenças uns pelos outros, apresentam moradas falsas para receberem ajudas de custo indevidas, recebem reembolso de viagens que nem sequer fizeram. No Parlamento, os deputados transmitem a sua *password* uns aos outros. Usurpam assim a identidade (o que é crime), registam a presença em nome de terceiros, acedem a documentos confidenciais dos colegas de forma irrestrita, eventualmente usurpam a identidade também para proceder a votações. Recebem por sessões em que estão ausentes, lesando o Estado em milhões de euros por legislatura. Ainda por cima, a Assembleia da República já nem exerce livremente o poder legislativo, pois este foi desviado do Parlamento para as grandes sociedades de advogados, às quais sucessivos Governos têm encomendado a elaboração das Leis com maior relevância económica. Aquelas firmas, tendo por prioridade os seus clientes, tecem a malha legislativa em função dos interesses dos grupos económicos a que estão vinculadas. E, assim, temos hoje sociedades de advogados

que vão aos tribunais litigar com base em documentos legislativos que elas próprias produziram. Intervêm simultaneamente nas esferas do poder legislativo e judicial, misturando-os e violando o princípio constitucional da separação e interdependência dos poderes.

A corrupção mata a esperança no futuro de Portugal. O fenómeno ganhou raízes e é, infelizmente, uma das marcas distintivas do regime democrático português. Bastará estar atento às notícias para constatar que a corrupção contaminou muitas áreas da nossa sociedade, do futebol à cultura, passando pela Justiça e pela política.

Com este livro, Paulo de Moraes apresenta um registo, para memória futura, do flagelo da corrupção. Retratam-se casos e protagonistas, essencialmente na esfera da política, para que fiquem identificadas as causas do fenómeno e os seus principais responsáveis. Mas também se evidencia o esforço de jornalistas e activistas que combatem a corrupção de diversas formas, bem como das organizações em que se agregam.

**CONHECER O FENÓMENO. TRAVAR A CORRUPÇÃO.  
SOMOS TODOS PRECISOS.**

**INFLUÊNCIA**

um outro olhar

20|20 editora

ISBN 978-989-564-021-8



9 789895 640218

Temas Atuais